

A GREVE CONTINUA

REJEITAMOS ESSE RELATÓRIO!

DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL:



CONCENTRAÇÃO DO ATO UNIFICADO DO DIA 16/7 CONTRA ESSA REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 40)

QUAL O PROBLEMA DO RELATÓRIO?

1 – O aumento da idade mínima para se aposentar – 60 anos (homem) e 55 anos (mulher) – para se ter aposentadoria integral, quando a PEC 20 já previa a “transição” com idade de 53 anos (homem) e 48 (mulher).

2 – Se todos os novos servidores entrarem para o Regime Geral da Previdência Social (RPGS), não teremos ninguém novo contribuindo para a nossa aposentadoria e, portanto, não haverá nenhuma contribuição. Ou seja, se os novos servidores não se aposentarem com a aposentadoria integral e com paridade, ninguém nos sustentará quando nos aposentarmos. Resultado: ficaremos sem aposentadoria, já que começará uma pressão insustentável de “ninguém” contribuir para esses “marajás”!

Declaração do Comando de Greve da Condsef sobre às negociações no Congresso.

1. As nossas propostas de revogação da Emenda Constitucional nº 20 e revogação do fator previdenciário (além da manutenção dos direitos dos servidores) sequer foram respondidas.

2. Negociação pressupõe respeito a mesa. Se o voto está pronto desde ontem, essa mesa não cumpriu o papel de negociar.

3. O Comando de Greve rejeitou o relatório tal qual apresentado ontem. Portanto, seguimos em greve e solicitamos audiência com o Presidente da República e mesa de negociação com os servidores e representantes dos 3 Poderes.

E o PONTO?

Alguns setores do Governo estão ameaçando cortar o ponto. A matéria apareceu até na TV. Mas não existiu, até hoje, um comunicado oficial sobre esse corte. Caso exista o corte de ponto, o SINDSEP estará entrando com uma ação judicial para evitar o corte, lembrando que, no governo passado, nós já ganhamos essa ação.



PASSEATA DOS SERVIDORES DURANTE O ATO UNIFICADO DO DIA 16/7 CONTRA ESSA REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 40)

ENCONTRO DAS TRÊS ESFERAS

A Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais (Cnesf) convidou o Sindicato para participar do Encontro dos Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais, no dia 24/07/2003, às 9 horas na CNTI – 505 Norte, Brasília-DF.

Na pauta consta o Calendário Unificado de Atividades (acampamento, Marcha a Brasília contra a reforma da Previdência), entre outros assuntos.

HOJE, DEBATE COM A DEPUTADA ALICE PORTUGAL (PC DO B/BA), ÀS 9H30 NO ESPAÇO DO SERVIDOR

REUNIÃO COM PARLAMENTARES E ENTIDADES

Presentes CUT, Unafisco, Condsef, Fasubra, CNTE, Pimentel (relator), Arlindo Chinaglia (representando João Paulo) e outros deputados. O relator, deputado Pimentel, afirmou que o relatório já estava pronto e que só será apresentado em seção aberta, amanhã, no Congresso. Informou, ainda, que os votos dos partidos já estão acertados com os líderes, desde ontem. O relatório virá com os seguintes pontos (segundo o relator Pimentel):

1. Seguro Acidente de Trabalho – Será exclusivamente público.

2. Pensões – A pensão será integral até R\$ 2.400,00. O valor que ultrapassar esse limite será agregado pela metade, ou seja, apenas 50%.

3. Paridade – Será mantida apenas para os atuais servidores. Os novos servidores não terão paridade com os trabalhadores da ativa.



CAMINHADA DO ATO UNIFICADO DO DIA 16/7 CONTRA (PEC 40)

4. Integralidade – Será garantida para os atuais servidores que corresponderem aos seguintes requisitos: 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de Serviço Público e 10 anos no cargo, para mulheres. 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de Serviço Público e 10 anos no cargo, para homens. Nenhum servidor poderá se aposentar com menos de 30 (mulher) e 35 (homem) anos de contribuição. Os servidores que não cumprirem esses requisitos terão um redutor de 5% por cada ano não com-

pletado; terão a média dos 80% maiores salários de junho de 1994 até a data da aposentadoria e não terão direito a paridade.

5. Novos servidores – Serão aposentados com base no teto de R\$ 2.400,00; terão fundo de pensão complementar conforme está formulado nas Leis Complementares nºs 108 e 109; não terão direito a paridade.

6. Contribuição dos aposentados – Será cobrada para todos, atuais e novos, em 11% do que ultrapassar R\$ 1.058,00 (atuais) e R\$ 2.400,00 (novos).

DESTAQUE PARA ALGUMAS POSIÇÕES DAS ENTIDADES

Luiz Marinho abriu as apreciações da CUT sobre as mudanças. Afirmou que os resultados estão muito aquém dos que precisamos. Segundo o presidente da CUT, a Central é contra o acúmulo de aposentadorias; um teto de R\$ 17 mil; defende a integralidade e a paridade para os atuais servidores, sem mudanças adicionais; contra a redução de pensões e a taxa-ção dos aposentados; contra o redutor de 5% frente à ampliação da idade e também contra a própria ampliação da idade. Defendeu, ainda, que se deve recompor a capacidade de compra dos servidores. Para resolver isso, deveria ter uma mesa séria, o que exigiria postergar o relatório e a votação. A CUT vai pedir audiência com Lula

- 1) Andes – mantido o nível de paralisação (25 universidades em greve). A Andifes (Associação dos Reitores) apoiou a greve.
- 2) ASSIBGE (RJ) - 80% parado.
- 3) Fasubra – de 44 universidades, 38 estão paradas.
- 4) Fenafisp – Nesta semana, 48 horas. Semana que vem por tempo indeterminado.
- 5) Fenajuf (Judiciário) – 10 estão parados.
- 6) Fenasps – 20 estados em greve, 85% da categoria.
- 7) Sinasef – 45% em greve.
- 8) Fenafisco – entrará em greve no começo de agosto.

para discutir o assunto.

A companheira Denise, também da Executiva Nacional da CUT, disse que os pontos apresentados são insuficientes. Reforçou que não se pode ampliar a idade atual, que já é parte da transição, e afirmou que é inaceitável a taxa-ção dos aposentados.

Os representantes da Fasubra afirmaram que não houve negociação verdadeira. A única negocia-

ção que existiu foi entre o Governo Federal e os governadores, os trabalhadores ficaram de fora. A mesa de negociação foi esvaziada com essa postura.

A posição da Condsef expressou o que já foi acumulado na entidade. Defendemos que é necessário instalar uma mesa de negociação séria que trate do assunto e não sirva apenas para informar o que já foi negociado.

Quadro da greve nacional

Amazonas – Ibama, Inpa.

Acre – Ibama, Ufac.

Alagoas – Ibama.

Bahia – DRT, Funasa, Fundacentro, Ibama, Fazenda, Agricultura, DNPM, Polícia Federal, Ceplac, Incra, Min. Saúde, Receita Federal, Iphan, UFBA.

Ceará – INSS, Cefet, Ibama, DRT, Receita Federal, Funasa (Baturité).

Distrito Federal – Funasa, Ibama, Biblioteca Nacional, Min. Defesa, Órgãos Regionais, MPOG–Bloco “C”, Min. Saúde, Min. Relações Exteriores, Parque Água Mineral, Anvisa, DRT.

Espírito Santo – DNER, Ibama, Fazenda, Incra, DFA, Anvisa.

Goiás – 7ª CSM (servidores civis), INSS, Receita Federal, ADM–UFG, DRT.

Mato Grosso – Ibama, DNER, FNS (Cáceres), FNS (Alta Floresta), Incra, DNER, Pol. Federal, UFMT, Cefet, Tec. Univ.

Mato Grosso do Sul – Ibama, INSS, Incra, Receita Federal, Sista, IBGE.

Minas Gerais – DRT, Fazenda (BH), Receita Federal, INSS, IBGE, Judiciário, UF.

Pará – Ministério da Fazenda, Funasa (Capital), INSS, Min. Saúde, Ufra, Ibama.

Paraíba – Anvisa (Porto e Aeroporto), Incra.

Paraná – DFA.

Pernambuco – DRT, Incra, Cefet, Universidade Federal, Sudene, IBGE, Univ. Federal Rural, Ibama.

Piauí – DRT, DFA, Receita Federal (48 horas), Min. Saúde, IBGE, Min. Fazenda, INSS (Gerência e Agência), Min. Trabalho, Incra, Funasa, Ibama.

Rio de Janeiro – Datasus, Maara, Ibama, Cnen, Polícia Federal (ADM), Funasa, Casa Ruy Barbosa, Abrigo Cristo Redentor, Receita Federal (Campos), Funasa (Campos e Baixada), Inmetro.

Rio Grande do Norte – INSS, Receita Federal (TTN, PCCS e Auditores), UFRN.

Rio Grande do Sul – Fazenda–PCCS, Ibama.

Rondônia – GRA, DFA, Ceplac, Ibama.

Roraima – DFA, Ibama.

Santa Catarina – DRT (Florianópolis e interior) Incra (Florianópolis), DFA (Florianópolis), Funai (Chapecó), Funasa (Florianópolis), AGU, DFA (Inspeção Federal, DFA–Chapecó – Paralisada a Certificação da Produção em 11/7/03. Dia 15/7 – Paralisação total das atividades. Dias 23 e 24/7 e 29, 30, 31/7 – Nova paralisação das atividades, Incra (Chapecó).

São Paulo – DRT (Capital, Santos, Registro, São José do Rio Preto), Ibama (capital), Incra.

Sergipe – Ibama.

Roraima – DFA.

Tocantins – Receita Federal.

CUT NACIONAL APÓIA A GREVE DOS SERVIDORES

A Executiva Nacional da CUT, representada pelo companheiro Julio Turra, esteve presente no Espaço do Servidor, no dia 15/7, para prestar esclarecimentos e informar sobre o posicionamento da CUT a respeito da greve.

Na avaliação da CUT Nacional, essa greve está sendo considerada a maior se comparada às greves anteriores.

O companheiro Júlio Turra (foto) informou que no dia 24/7 haverá um encontro das três esferas do funcionalismo público para organizar a marcha a Brasília, prevista para acontecer no princípio de agosto.

Sobre a reforma da Previdência, Julio Turra disse que essa reforma é uma herança do governo anterior, imposta pelo FMI.

“Essa reforma é uma imposição do FMI que, lamentavelmente, o Governo está aceitando. Somente a luta social poderá reverter esse quadro”. Acrescentou que “não somos contra a reforma. Somos contra essa reforma que retira direitos e prejudica trabalhadores”.

